



ACÓRDÃO Nº465/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11612/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Alvarães
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Rufino Neto Pereira de Lima
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3456/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Alvarães. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Alvarães, referente ao **exercício de 2020**, de responsabilidade do **Sr. Rufino Neto Pereira de Lima**, ex-Presidente, nos termos dos arts. 22, inciso III, alínea "b", e 25, ambos da Lei nº 2.423/1996, e art. 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Rufino Neto Pereira de Lima**, ex-Presidente da Câmara Municipal de Alvarães, no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, com base no art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das **impropriedades nºs 02, 07, 08, 12 e 17 listadas no Relatório-Voto**. A multa deverá ser recolhida no prazo de **30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa



ACÓRDÃO Nº465/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. **Recomendar** à Câmara Municipal de Alvarães que observe o princípio da economicidade em relação às despesas futuras realizadas com viagens;
- 10.4. **Determinar** à Câmara Municipal de Alvarães que atente para o atraso quando do recolhimento de suas obrigações financeiras;
- 10.5. **Determinar** à Câmara Municipal de Alvarães que verifique todos os casos existentes de acúmulo indevido de cargos e adote as providências para sanear tais questões, inclusive, no que diz respeito ao caso abordado no Relatório-Voto, envolvendo o servidor Jael Ferreira Cavalcante;
- 10.6. **Determinar** à Comissão de Inspeção do exercício vindouro que seja objeto de fiscalização a publicidade conferida pela Câmara Municipal de Alvarães, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, em relação às compras efetuadas, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação;
- 10.7. **Determinar** à **SEPLENO** - Secretaria do Tribunal Pleno que, através do competente setor, vinculado à referida Secretaria, cientifique o Responsável sobre o teor deste Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente *decisum*;
- 10.8. **Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.



ACÓRDÃO Nº465/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 21 de Março de 2023.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral